



A Educação Ambiental no Ensino Básico como Promotora da Transformação Social: Um Estudo de Caso de uma Escola Pública de Manaus, Amazonas

Environmental Education in Basic Education as a Promoter of Social Transformation: A Case Study of a Public School in Manaus, Amazonas

Igor Falcão e Geovane Franco Alfonso

Mestrando em Administração Pública pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM), na rede PROFIAP.

Juan Cláudio de Azevedo Gonçalves

Mestrando em Administração Pública pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM), na rede PROFIAP.

Jurandir Moura Dutra

Doutor em Ciências Ambientais e Sustentabilidade na Amazonia pela UFAM, na rede PROFIAP.

Resumo: A educação Ambiental (EA) como política pública necessita ser um instrumento de ação educativa perene em nossos currículos escolares. Por isso acredita-se que o ensino básico é o meio ideal na transmissão desse conhecimento, estimulando os alunos a desempenharem um papel fundamental de multiplicadores ambientais com ideias que possam reduzir os danos ao meio. O objetivo geral foi analisar a percepção dos docentes de uma unidade escolar quanto ao ensino da educação ambiental e temas correlatos, após a visita do Projeto Vitória Régia, coordenado pelo Comando de policiamento Ambiental (CPAMB), que tem por missão difundir os conceitos de Educação Ambiental (EA) sustentável, no Centro Integrado Municipal de Educação (CIME) Lúcia Melo Ferreira Almeida em Manaus-AM. Quanto a metodologia com respeito a abordagem, o presente estudo se valeu de uma pesquisa qualitativa, de caráter exploratória, e uma pesquisa bibliográfica no concernente aos procedimentos técnicos. Quanto ao delineamento metodológico realizou-se a coleta de dados, onde foram realizadas entrevistas semiestruturadas com os docentes. Os resultados apontaram que estes possuem conhecimento sobre o tema, porém não possuem um planejamento curricular voltado para o tema. Pode-se perceber que apesar das iniciativas dos docentes e até mesmo de atores externos em realizar atividades ambientais relevantes no âmbito escolar, existe a necessidade de se contemplar políticas públicas voltadas à política educacional ambiental sustentável.

Palavras-chave: educação ambiental; políticas públicas; sustentabilidade.

Abstract: Environmental Education (EE) as a public policy needs to be a permanent educational instrument in our school curricula. Therefore, it is believed that basic education is the ideal means of transmitting this knowledge, encouraging students to play a fundamental role as environmental multipliers with ideas that can reduce damage to the environment. The general objective was to analyze the perception of teachers at a school unit regarding the teaching of environmental education and related topics, after the visit of the Vitória Régia Project, coordinated by the Environmental Police Command (CPAMB), whose mission is to disseminate the concepts of sustainable Environmental Education (EE) at the Lúcia Melo Ferreira Almeida Municipal Integrated Education Center (CIME) in Manaus-AM. Regarding the methodology with respect to the approach, this article used a qualitative research, of an exploratory nature, and a bibliographical research regarding technical procedures. Regarding

the methodological design, data collection was carried out, where semi-structured interviews were conducted with the teachers. The results showed that they have knowledge about the topic, but do not have a curriculum plan focused on the topic. It can be seen that despite the initiatives of teachers and even external actors to carry out relevant environmental activities in the school environment, there is a need to consider public policies aimed at sustainable environmental education policy.

Keywords: environmental education; public policies; sustainability.

INTRODUÇÃO

A educação ambiental (EA) é um instrumento de comando e controle voltado a promover no ambiente escolar a conscientização quanto ao cuidado com o ambiente. Este instrumento foi criado com o propósito de estabelecer atividades que gerem um impacto positivo ao meio ambiente e seus recursos naturais no âmbito da sociedade, promovendo nas comunidades de ensino um senso de cuidado sustentável.

Borges (2014) ressalta que os cuidados com nosso meio ambiente não podem ser uma obrigação somente do Estado, mas sim da sociedade como um todo, precisando assim que haja um estímulo às práticas mais sustentáveis por parte de todos esses atores quanto ao uso do ambiente. Um passo inicial seria implementar ações transversais no ensino básico.

No contexto mundial a educação ambiental foi proposta pela primeira vez em 1972 na Conferência de Estocolmo, onde 113 países estabeleceram o programa internacional de Educação Ambiental. No ano de 1975, a ONU e UNESCO criam o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) e o Programa Internacional de Educação Ambiental (PIEA). Dois anos mais tarde em 1977 na antiga União Soviética (URSS) ocorreu a primeira Conferência Internacional em Educação Ambiental. Anos mais tarde, porém, acontece a Conferência Rio-92, cujo principal produto foi a Agenda 21, como uma carta de recomendação aos Estados para a gestão ambiental e a implementação do desenvolvimento sustentável.

No Brasil a Constituição de 1988 veio dedicando um capítulo todo ao tema meio ambiente, além de “[...] promover a Educação Ambiental em todos os níveis de ensino” (Brasil, 1988). Participando ativamente da Conferência da ONU sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, RIO-92. No ano de 1999 foi promulgada a lei 9795 que institui a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA) assim como a Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Nacional (LDB) abordando a Educação Ambiental como tema transversal a ser incluído nos currículos escolares.

Em nível estadual, um estudo realizado por Guimarães (2020) destaca a necessidade de formação de cidadãos conscientes sobre a conservação do ambiente, sendo necessária a implementação de projetos de Educação Ambiental, com uma visão crítica e diferenciada do pensamento ideológico, puramente utópico que tem dominado a educação ambiental tradicional.

Um desses projetos de educação ambiental a nível estadual é o Projeto Vitória Régia de Educação Ambiental, programa criado em 30 de maio de 2008 e coordenado por policiais militares do Comando de Policiamento Ambiental (CPAMB) e que já atendeu mais de 65 escolas entre estaduais, municipais e particulares do ensino básico, totalizando mais de 12 mil alunos em todo o estado (CPAMB, 2024). Além de escolas o Programa também realiza palestras para empresas do Distrito Industrial, mas também em comunidades ribeirinhas. Tendo como parceiros principais o Espaço da Cidadania Ambiental (ECAM), Secretaria de Estado da Juventude, Desporto e Lazer (SEJEL) e Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia (INPA).

A partir desse contexto, esta pesquisa levanta o seguinte problema: De que maneira a educação ambiental vem sendo trabalhada pelos docentes nas escolas de ensino básico para fins de sensibilização dos discentes quanto a importância do tema?

O objetivo geral deste estudo foi analisar, por meio da pesquisa de campo e através de meios bibliográficos, a percepção dos docentes de uma unidade escolar quanto ao ensino da educação ambiental e temas correlatos, sobretudo quanto às formas de transmissão desses conhecimentos.

O estudo estabeleceu como objetivos específicos: diagnosticar o nível de conhecimento dos docentes sobre o tema educação ambiental e assuntos relacionados, identificar as limitações enfrentadas por docentes com relação tanto ao aprimoramento quanto a melhor forma de transmissão conceitual da educação ambiental além de identificar a percepção dos professores no que tange ao plano de ensino atual e uma futura inserção da EA no currículo da educação básica.

Deste modo, o presente trabalho avaliou a percepção dos docentes sobre a educação ambiental no Centro Integrado Municipal de Educação (CIME) Lúcia Melo Ferreira Almeida, no município de Manaus (AM). Este estudo está estruturado em seis partes, sendo a primeira parte a introdução, seguida do referencial teórico abordando a temática do trabalho, a metodologia empregada no estudo, análise e apresentação dos resultados, as conclusões e as referências utilizadas.

REFERENCIAL TEÓRICO

Educação Ambiental e o Ensino

A Educação Ambiental (EA) é uma palavra composta que foi convencionada para dar significado a toda prática educacional relacionadas a questão do meio ambiente, mas pode ser considerada como uma modalidade de transmissão de conhecimento quanto a administração de um meio ambiente sustentável na comunidade escolar, no caso em lide nas escolas municipais de educação básica, trazendo resultados positivos para os impactados (Branco, 2018).

Quando se compreende bem a complexidade e a dinâmica da Educação Ambiental (EA), percebe-se que ela tem se inserido tanto em espaços educacionais

formais quanto informais, buscando promover o aprendizado por meio de duas abordagens complementares: teórica e prática/experimental. No entanto, é importante ressaltar que a segunda abordagem ainda não está amplamente associada, do ponto de vista pedagógico, à investigação, experimentação e autorreflexão sobre questões climáticas (Kiers; Pedrosa; Tamaio, 2022).

A educação ambiental ao passo que promove a sensibilização, oferece uma educação capaz de transformar as pessoas, no que diz respeito às suas atitudes em relação ao meio ambiente. Além da aquisição de conhecimentos e habilidades, ela promove a realização de ações cidadãs que objetivam compreender conceitos referentes ao meio ambiente, de preservação, sustentabilidade e conservação (Dias; Carneiro, 2016).

As ações da EA, na perspectiva transformadora, são concebidas de forma sistêmica, ou seja, buscam o enfrentamento das questões ambientais levando em consideração a dimensão social. Tal vertente é característica no Brasil, em função do estreito entrelaçamento dos problemas ambientais com os problemas sociais, o que não ocorre em outros países, já que em suas resoluções sobre a EA não adotam o viés crítico (Teixeira; Agudo; Tozoni-Reis, 2018).

A Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), criada através da Lei federal nº 9795/99, já em seu artigo 1º predispõe que a Educação Ambiental é:

Um processo por meio do qual o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial para a qualidade de vida e sua sustentabilidade. E que a Educação Ambiental deve estar presente em todos os níveis e modalidades de ensino, tanto em seu caráter formal como informal, podendo estar incluso por meio de projetos interdisciplinares com integração escola/comunidade (Brasil, 1999).

Já em 2014 foi criado o Plano Nacional de Educação (PNE), dispositivo esse que acrescentou a educação ambiental como tema transversal, instituindo que esta deveria ser implementada nos ensinos fundamental e médio (Brasil, 2014). Sendo que os objetivos principais traçados pelo PNE eram: definir a estratégia, metas, objetivos e diretrizes do plano focados na qualidade e expansão dos ensinos nos seus mais variados níveis e entidades federativas, aumentando o campo de pesquisa e análises das modalidades e etapas de ensino. As atualizações do plano são feitas a cada 02 anos, permitindo que haja um acompanhamento rígido da qualidade e igualdade do ensino educacional. O PNE estabelece metas a serem alcançadas pela educação brasileira até o ano de 2024 (Alvarenga; Mazzoti, 2017).

Logo, como afirmou Sato (2011) podemos entender que a Educação Ambiental (EA) é um pré-requisito para que a atual situação de degradação ambiental seja alterada, logicamente que só sua implantação nas escolas não seria suficiente para encerrar essa problemática, porém seria mais uma arma na formação de novos sujeitos auxiliares na preservação de um meio ambiente mais sustentável.

Políticas Públicas

As políticas públicas são ações do Estado com o objetivo precípua de resolver problemas e produzir desenvolvimento seja social ou econômico para a população em geral.

No Brasil, as questões ambientais existem desde 1950, porém foram aprofundadas somente a partir da década de 60, em resposta às exigências do movimento internacional ambientalista, quando a crise ambiental entra em evidência (Peccatiello, 2011).

Essas políticas públicas ambientais ganharam mais atenção logo após a conferência de Estocolmo (1972) por pressão da Organização das Nações Unidas (ONU), sendo que em 1973, foi criada a Secretaria Especial de Meio Ambiente (SEMA) justamente com o objetivo de começar a estruturar o tratamento de temas ambientais no país (Brasil, 2014).

As políticas públicas devem ser compreendidas como instrumentos fundamentais para a efetivação dos direitos sociais previstos na Constituição. Ela destaca a importância de uma teoria jurídica das políticas públicas que contemple a responsabilidade do Estado na implementação dessas políticas, enfatizando a necessidade de um arcabouço jurídico que garanta a coerência, a continuidade e a eficácia das ações governamentais (Bucci; Schmidt, 2021).

Há uma visão mais ampla sobre o papel das políticas públicas, que não se limitam às ações do Estado, essas políticas podem ser formuladas pelo governo ou por outros atores sociais, desde que o objetivo seja resolver um problema coletivo. Esse entendimento multicêntrico reconhece haver diferentes centros de decisão nas políticas, o que é importante para o fortalecimento da educação ambiental. Defendem que as políticas públicas de educação ambiental devem ser estruturantes e planejadas, para enfrentar a crise e promover a autonomia dos cidadãos (Secchi; Sorrentino, 2015).

A política pública como o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, “colocar o governo em ação” e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente). A implementação de políticas públicas pode ser entendida como a preparação para execução, ou seja, a elaboração de planos, programas e projetos (Saraiva; Souza; Ferrarezi, 2010).

Já em 31 de agosto de 1981, foi editada a lei 6938/81 que trata da Política Nacional do Meio Ambiente e juntamente com ela foi criado o Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA) estrutura essa que apresenta todos os órgãos responsáveis pela proteção do meio ambiente de todos os entes federativos (união, Estados e municípios).

Meio Ambiente e Sustentabilidade

O meio ambiente é conceituado como o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química, biológica, social, cultural e urbanística que

permitem, abrigam e regem a vida em todas as suas formas. Esse meio é composto por elementos como água, ar, solo, energia solar, plantas e animais, sendo os recursos naturais limitados e suscetíveis à extinção se não forem utilizados de maneira adequada (Loureira; Primack, 2010).

A lei 6938/81 que criou a PNMA, foi o marco jurídico inicial relacionado a tratativa sobre o assunto meio ambiente. Esta lei, porém, é bastante restrita em sua cobertura sobre a temática ambiental. A constituição federal de 1988, em seu artigo 225, dedicou todo o capítulo ao meio ambiente, por isso foi chamada pela primeira vez de Constituição Verde.

A implementação de um desenvolvimento e de um sistema econômico sustentável, fundamentados em uma visão ecossistêmica da vida e possibilidade de reparo do iminente colapso ecológico. Isso pode resultar na tomada de decisões que (re)consideram a utilização dos recursos planetários. O desenvolvimento pautado no valor da sustentabilidade pode ser compreendido como um mecanismo de condições viabilizadoras de um futuro ecologicamente equilibrado e ambientalmente, socialmente e economicamente justo. Assim, verifica-se que o “desenvolvimento e a sustentabilidade não apenas são compatíveis, mas se constituem mutuamente” (Azevedo; 2014; Freitas, 2016).

Diante dos grandes problemas ambientais que vivemos, especialmente no nosso país, necessitamos de programas que visem ao desenvolvimento econômico de forma sustentável, além de um trabalho mais intenso de sensibilização da população para a preservação dos recursos naturais, aumentando a possibilidade de que sejam mantidos para as futuras gerações (Antunes; Oliveira; Dutra, 2010).

Corroborando ao que Leff (2006) afirma, o crescimento econômico, a equidade social e o meio ambiente são os três pilares do desenvolvimento sustentável que estão expressos na Constituição Federal de 1988 e nas demais legislações e políticas públicas sobre meio ambiente, assegurando a manutenção, gestão e fiscalização.

Conforme Neves (2016) a Política Nacional de Meio Ambiente e a Constituição Federal Brasileira, fornecem respaldo legal para a construção e consolidação de espaços de atuação da sociedade nas questões relacionadas ao meio ambiente, cabendo aos gestores a inclusão da participação social nas agendas ambientais. Esse desenvolvimento Sustentável analisado atualmente vem sendo resultado da mudança feita em comparação ao modelo antigo, que não se preocupava com as futuras gerações, logo foi estruturado para realizar a exploração de recursos ambientais de forma equilibrada, atendendo as necessidades do homem sem, contudo, extinguir as fontes finitas.

METODOLOGIA

Quanto à abordagem, o presente estudo se valerá de uma pesquisa qualitativa, para proporcionar uma compreensão mais ampla e detalhada dos fenômenos estudados, utilizando-se da profundidade interpretativa da pesquisa qualitativa,

permitindo uma visão mais completa e enriquecendo os resultados, além de dar maior credibilidade a pesquisa (Creswell; Clark, 2021).

Quanto aos seus objetivos, neste presente trabalho teremos uma pesquisa exploratória visto que segundo Andrade (2010) no ambiente escolar além de ser um ambiente em constante transição é também bastante dinâmico combinado a uma pesquisa descritiva cujo objetivo principal é descrever as características de um determinado grupo ou população.

Quanto aos procedimentos técnicos, o estudo se utilizará de uma pesquisa bibliográfica que busca o levantamento de informações em livros, artigos e revistas com assuntos relacionados à pesquisa e que irão contribuir de forma relevante com o trabalho. Quanto ao delineamento metodológico tivemos a coleta de dados, onde foi aplicada uma entrevista semiestruturada com os professores da referida escola municipal (Lakatos; Marconi, 2008).

O estudo foi desenvolvido no CIME Lúcia Melo Ferreira Almeida, localizado na zona centro-sul de Manaus. As entrevistas foram realizadas no mês de janeiro de 2025, cada entrevista durou em média 15 minutos, todas no formato online ou presencial tanto via Google Meet quanto na sede da referida unidade educacional, com autorização para a gravação e posterior transcrição da entrevista via software. Após o levantamento dos dados foi realizada a análise textual, sendo adotada a análise de conteúdo que fornece bases teóricas que sustentam o processo de análise, ajudando a transformar dados qualitativos em informações significativas para a pesquisa (Flick, 2018).

Após a realização das entrevistas e a transcrição, foi realizada uma análise de conteúdo tendo-se identificado um conjunto de 3 categorias distintas, sendo elas: educação ambiental conceitual, educação ambiental e sustentabilidade e educação ambiental no planejamento curricular de ensino. Para manter a confidencialidade dos sujeitos da pesquisa, os mesmos foram categorizados como Professor 1, Professor 2 e Professor 3.

RESULTADOS

Visita do Programa Vitória Regia ao Centro Integrado Municipal de Educação (CIME)

A visita do Programa nas escolas geralmente é realizada por meio de solicitação ao Comando de Policiamento Ambiental (CPAMB), ou através de solicitação da SEMED ao comando da Instituição (PMAM). O período do programa em cada escola geralmente dura 01 mês, num total de 05 encontros (uma reunião mais 04 encontros), que duram em média 45 minutos cada, sendo um encontro por semana para não prejudicar as aulas a serem ministradas.

No caso do Centro Integrado Municipal de Educação (CIME) Lúcia Melo Ferreira Almeida, houve a solicitação do diretor da escola para que a mesma fosse

contemplada com a visita do projeto, o que foi acatado por não haver programação em nenhuma escola no referido mês.

No primeiro encontro foi realizado uma atividade com os professores, pais e responsáveis, onde foi informado que haveria uma gincana entre as turmas participantes, para acumular mais plásticos e descartáveis.

Ao longo dos 4 encontros semanais, cada tópico da cartilha do Programa foi abordado: no primeiro encontro foram explicados assuntos relacionados ao meio ambiente, já no segundo encontro abordou-se o tema Ecologia, e no terceiro encontro foi explicado como se realiza a preservação e conservação da fauna e flora e finalmente no último encontro a questão da reciclagem.

Os encontros findaram com uma formatura com os professores, pais e alunos, onde foram entregues certificados de “Protetores Ambientais Mirins” a cada aluno que compareceu ao menos 75% das aulas ministradas do curso.

Posteriormente ao término do curso foi anunciado a turma vencedora da competição, tendo sido realizado um alinhamento para que todas as demais turmas também fossem contemplados com o passeio.

Análise dos Resultado

Após a discussão sobre os procedimentos metodológicos da pesquisa deste estudo, verificou-se a análise de dados específicos avaliados na pesquisa: 100% dos professores entrevistados eram do sexo feminino e trabalham no referido CIME desde a sua criação em 2021.

No roteiro de entrevista elaborado constavam dez perguntas tratando sobre educação ambiental na escola. A visão sobre a educação ambiental que avalia o nível de conhecimento e interação dos professores com o tema (Quadro 01), demonstra a segurança com que os docentes desempenham suas atividades. Essa segurança pode ser evidenciada nos fragmentos de resposta de Professor 1, Professor 2 e Professor 3:

Quadro 1 - Entendimento dos docentes acerca da educação ambiental.

Professor 1	“É um ensino pautado na formação de estudantes conscientes e responsáveis em relação ao meio ambiente.”
Professor 2	“Reconhecimento que a natureza de nossas atividades pode ocasionar mudanças de atitudes na vida.”
Professor 3	“É uma busca pela melhoria do ambiente em coletividade, ações que melhorem o ambiente e concentração do mesmo.”

Fonte: Autores (2024).

Percebe-se que as respostas se complementam, apresentando uma percepção que se amolda ao que LEFF (2015) anuncia, pois segundo o próprio autor, a educação ambiental está relacionada aos conceitos e processos que tratam do meio ambiente possibilitando aos atores um conhecimento mais amplo sobre a relação meio ambiente versus sociedade e sua relação com a sustentabilidade.

Em relação à categoria de educação ambiental conceitual identificada nas entrevistas destacou-se a importância da EA no ensino, o recebimento do feedback por parte dos alunos no ensino transversal além de como a EA é trabalhada em sala de aula.

Constata-se de forma unânime nas entrevistas a preocupação dos docentes em implantar em sala de aula essa conscientização sobre o tema, além de se preocuparem em analisar se existe um retorno (feedback) por parte dos alunos, principalmente em atividades extracurriculares como foi o caso da visita do Programa Vitória Régia na escola. Além do programa, há a horta desenvolvida na própria escola, mas também um esforço contínuo em desenvolver nesses alunos a sensibilização ambiental. Nos fragmentos de respostas do Professor 1, Professor 2 e Professor 3, é possível verificar essa realidade (Quadro 02):

Quadro 2 - A importância da educação ambiental.

Professor 1	“(...)ela desempenha um papel fundamental na formação das crianças, um desses papéis é a conscientização dos conceitos em relação à proteção ambiental, desenvolvendo esses conceitos de conscientização ambiental, as crianças obtêm uma compreensão sobre a importância do meio ambiente(...)”.
Professor 2	“(...)bem relevante que desde cedo essas crianças já façam parte desse processo. Do processo de preservação do meio ambiente. Elas sabem que o meio ambiente, se não for preservado hoje, nós sofreremos assim como já estamos sofrendo as consequências hoje. (...)”
Professor 3	“(...)a minha percepção é a seguinte, que quanto mais cedo você aprender o que é a sustentabilidade, o cuidado com o planeta, eu acredito que essas crianças vão crescer com uma visão totalmente diferente da que muitas pessoas hoje ainda têm (...)”

Fonte: Autores (2024).

Com relação acerca do entendimento do tema por parte dos professores entrevistados, observou-se nos trechos de discurso de Professor 01: “ela desempenha um papel fundamental (...) desenvolvendo esses conceitos” e do Professor 03: “(...) que quanto mais cedo você aprender o que é a sustentabilidade (...)” que é frequente a preocupação desses docentes em sala de aula em demonstrar esses conceitos, se alinhando ao que Dictoro (2021) afirma que se torna necessário desenvolver novas práticas, abordagens e diretrizes de ações que visem intensificar as relações e as interações existentes entre a sociedade, o ambiente, os elementos naturais e os lugares, criando e formando vínculos que corroboram atitudes pró-ambientais.

Realizando-se ainda a análise de conteúdo da entrevista, outra categoria que foi abordada pelos professores respondentes foi a educação ambiental e sustentabilidade onde foi debatido como a educação ambiental pode ajudar no desenvolvimento sustentável da comunidade em que os alunos e professores vivem. Assim como de que forma o conceito de desenvolvimento sustentável poderia ser trabalhado em sala de aula.

Observa-se que segundo as respostas dos entrevistados e a de que a implantação desse conceito em conjunto com a EA possa vir a gerar benefícios a

curto prazo para a comunidade, pois “ os próprios pais já sente em casa em seus filhos essa mudança positiva de comportamento tanto em casa quanto em seu meio de convivência, buscando sempre descobrir e demonstrar maneiras sustentáveis de utilização do meio ambiente” afirmou o Professor 1.

Quanto à forma de se trabalhar o desenvolvimento sustentável, percebe-se que é uma realidade vista no discurso de Professor 2, quando ele fala que projetos como o Vitória Régia podem ser peças de inclusão desse conceito de forma a tornar mais dinâmico o processo de transmissão de conhecimentos mais técnicos. Conceito esse corroborado pelo professor 3 que além de concordar também acrescenta que a comunidade também deve ter sua parcela de participação nas ações da escola.

Constata-se que o pensamento dos docentes foi de acordo com o que afirmou Brancalione (2016) ao anunciar que meio ambiente sustentável é um processo contínuo que deve ser realizado todos os dias. Sempre tenta fazer com que os cidadãos entendam a importância de proteger a natureza.

Todos os respondentes foram unânimes em suas respostas concordando com Diana (2020) em atestar que no ambiente escolar, é muito importante que as crianças aprendam desde cedo a lidar com o desenvolvimento sustentável, promovendo mudanças de comportamentos considerados prejudiciais ao meio ambiente e à sociedade.

Outra categoria abordada pela análise de conteúdo das entrevista diz respeito a educação ambiental no planejamento curricular de ensino, que de acordo com as respostas obtidas há grande preocupação em verificar como a EA interage com as outras disciplinas da grade curricular, além de destacar os desafios enfrentados na prática, ao implementar a EA no cenário da escola. Assim buscou-se entender se o projeto pedagógico do curso curricular prevê atividades transversais e se na opinião dos respondentes a EA deveria ser caracterizada como uma disciplina independente das outras.

Observa-se ao fato de que inserir a educação ambiental nas disciplinas presentes na grade curricular do ensino básico, alinhou-se ao que Kindel (2012) disse ser interessante que a escola pudesse organizar seus currículos permitindo que a questão ambiental local fosse discutida por diferentes áreas com propósito de contribuir na forma de atenuar os problemas ambientais enfrentados na comunidade. Nesse contexto, de acordo com o fragmento do discurso dos 3 professores pode-se observar que é de extrema urgência e necessidade que essa disciplina seja adicionada como componente curricular.

Os docentes estão em concordância com Medeiros (2011) ao esclarecer que a educação ambiental na infância desperta na criança a consciência de preservação e de cidadania. A criança passa a entender, desde cedo, que precisa cuidar e preservar e que o futuro depende do equilíbrio entre homem e natureza, mas também do uso racional dos recursos naturais. Além disso, Salles (2013) afirma que é importante propor práticas ecologicamente corretas e cultivar a consciência ambiental desde cedo. As escolas têm a responsabilidade de apoiar o desenvolvimento de uma educação ambiental de qualidade, estabelecer o meio ambiente como patrimônio de

todos e realizar atividades artísticas, para orientar os alunos a se tornarem agentes e expectadores ativos em vez de passivos.

Em relação aos desafios encontrados na implementação e avaliação da educação ambiental em sala de aula (Quadro 03), destaca-se o que Chalita (2011) afirma que é preciso que seja aplicada uma educação continuada para os alunos, que viabilize a construção de cidadãos críticos capazes de compreender e buscar alternativas nas trocas de saberes, formulando novos conceitos construindo conhecimento. A partir disto é possível atuar com novas estratégias responsáveis pela transformação social trazida pela informação educacional. Nos fragmentos de discurso de Professor 1, professor 2 e professor 3 é possível verificar essa realidade:

Quadro 3 - Desafios da implementação e avaliação da EA.

Professor 1	" (...)O desafio maior é realmente ser uma disciplina consolidada. Eu creio que deveria estar na BNCC como disciplina. Isso tem que ser falado do início até o término do ano letivo. Então, o desafio maior é se consolidar, ou como projeto, ou como disciplina. Esse é o grande desafio. (...)”
Professor 2	"(...) implementar e avaliar a educação ambiental em sala de aula, ela pode ser desafiadora por várias razões. A gente sabe que envolve esse comportamento, essa mudança de comportamento. Então, tem que estar ali diariamente(...)"
Professor 3	" (...) a dificuldade da prática dessas ações é o incentivo mesmo, tanto do governo quanto da Prefeitura, em levar a sério esse assunto de implementar laboratórios dentro da escola, um laboratório onde você possa desenvolver pesquisas(...)"

Fonte: Autores (2025).

Outra preocupação abordada pelos docentes é a necessidade de se avaliar o planejamento pedagógico anual da escola buscando reconhecer a existência e previsibilidade a previsão de atividades relacionadas à educação ambiental, mesmo que transversal. Constata-se no trecho do discurso de Professor 3 que "o aprendizado é um processo contínuo e que não podemos ficar estagnados". O Professor 2 também evidencia de forma mais afirmativa ao anunciar que: "sim, o plano de ensino trabalha sim a temática ambiental", alinhado ao que Evangelista (2011) define sobre o plano de ensino como um processo que busca fornecer respostas às questões que surgem durante o processo educacional desenvolvendo ações na escola.

Observou-se ainda no discurso o quanto a educação ambiental deveria ser introduzida como uma nova disciplina no currículo escolar. É perceptível que todos os entrevistados sejam unânimes em afirmar que essa necessidade já é uma realidade, restando apenas o seu planejamento e inserção no planejamento curricular. Isso é evidenciado nos discursos de Professor1, Professor2 e Professor3. (Quadro4):

Quadro 4 - A EA como nova disciplina.

Professor 1	"(...)acho que foi a minha, a minha fala desde o início, né? Aí, quando eu li essa última questão, eu me remeti à Constituição Federal. Que ela, ela disse que é assim de a competência do poder público promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino. (...)”
Professor 2	" (...)as vantagens, por exemplo, o foco e a profundidade no tema, né? Não vai ficar só naquele básico, como a gente faz, de maneira interdisciplinar. Então, vai ter mais um aprofundamento da área em si. A consciência de que todos os alunos recebem a mesma quantidade e qualidade de ensino ambiental. (...)”
Professor 3	" (...) Sem dúvida. Eu super apoio a implementação dessa disciplina, porque é algo que é importante para todos nós, para toda a comunidade, a sociedade como um todo. O planeta precisa de ajuda. O planeta precisa de pessoas que estejam engajadas de verdade.(...)”.

Fonte: Autores (2025).

O fragmento de professor3 “É algo importante para todos e para a comunidade como um todo”, representa uma opinião coletiva. Constata-se que todos os respondentes se alinham nas mesmas necessidades. Em síntese, percebe-se que não existem ações/programas de educação ambiental perenes planejados para o ambiente escolar somada a falta de material didático e a necessidade de metodologias inovadoras. Também se apresentam como desafios, exigindo investimentos e suporte institucional para o desenvolvimento de materiais que estimulem a participação ativa dos alunos na aprendizagem sobre questões ambientais (Oliveira; Neiman, 2020).

Nas palavras de Franco (2016) há a necessidade de que as práticas de Educação ambiental nas escolas não se restrinjam à mera instrução de conteúdos sobre questões ambientais, mas que sejam imbuídas de uma abordagem reflexiva sobre as práticas sociais que contribuem para a construção do cenário socioambiental que vivenciamos no cotidiano.

Logo conforme Oliveira (2023) afirma a escola deve utilizar-se da educação como ferramenta para produção de conhecimento em rede e como forma de resistência aos modelos de dominação instituídos. Sobre a esfera ambiental, é o local no qual os processos de subjetivação devem ser incentivados, dando lugar à criatividade, deveres, interações singulares que entrelaçam, além da criança, os familiares e a comunidade como um todo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo geral deste estudo foi analisar a percepção dos docentes de uma unidade escolar quanto ao ensino da educação ambiental e temas correlatos. Portanto, entendemos que a educação Ambiental quando inserida corretamente em um modelo pedagógico planejado de ensino torna-se um meio útil para a educação de cidadãos em formação. Dessa formação poderá resultar em multiplicadores

do conhecimento obtido. Nessa pesquisa ficou constatado que apesar de haver previsão na legislação e nos planos relacionados ao ensino, quando tratamos do tema educação ambiental precisamos aprofundar mais essa discussão.

A análise dos resultados através da realização de entrevistas semiestruturadas com os docentes, restou observado que apesar do tema educação ambiental está presente nos discursos dos entrevistados, existe uma necessidade no fortalecimento teórico sobre a temática, assim como no próprio aperfeiçoamento dos profissionais de ensino tanto na teoria quanto nas práticas ambientais. Seria interessante por parte das secretarias de educação (municipal e estadual) um planejamento específico de seus projetos pedagógicos voltados à educação ambiental anualmente, assim como a realização de convênios com programas educacionais já existentes, como é o caso do Programa Vitória Régia.

Com esse trabalho podemos entender que a educação ambiental como meio de uma política pública só seria eficiente se os principais atores foco, os discentes, além de cotidianamente pudessem ter esse contato com conceitos básicos, pudessem também pôr em prática aquilo que fosse ensinado em sala de aula, seja através de gincanas ou de ações na comunidade em que vivem.

Logo existe uma certa urgência em desenvolver nas pessoas uma sensibilização maior quanto a utilização dos recursos naturais. É justamente nesse contexto que podemos fazer o uso da Educação Ambiental nas escolas de ensino fundamental, despertando nas crianças a consciência, de forma que elas possam reproduzir em seus espaços de convivência esse aprendizado, contribuindo de forma positiva para a sociedade. Isso se dá em grande parte pela falta de atenção dada à Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA) assim como a falta de atualização do Plano Curricular Nacional (PCN), impossibilitando assim que as escolas promovam um ensino mais associado a sustentabilidade.

Por fim, as escolas de ensino básico deveriam adotar a educação ambiental ainda nas séries iniciais atribuindo às crianças os mais diversos deveres de cuidados com o ambiente. Assim ficou perceptível que a educação ambiental quando trabalhada cotidianamente nas instituições de ensino, pode despertar nos alunos uma consciência da relação sociedade e meio ambiente e que podem também transformar a sociedade, ao longo do tempo.

Ressalta-se como limitação da pesquisa o período em que o trabalho foi realizado, tendo em vista que o ano letivo na maioria das escolas já havia encerrado, impossibilitando um encontro presencial com os docentes. Outra limitação está na ausência de estudos na região sobre o tema de forma a se realizar um comparativo com outras escolas públicas, aumentando assim a percepção deste tema. Vislumbra-se, dessa forma, a possibilidade de realização de pesquisas futuras sobre a mesma temática na concepção dos alunos, assim como expandir o estudo para a comunidade.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Maria Margarida. **Introdução a Metodologia de Trabalho Científico**. 7º ed. São Paulo Atlas, 2010.

ANTUNES, Adriana; OLIVEIRA, Mayara; DUTRA, Minéia Fabiano. **Educação ambiental e novas tecnologias: o uso de vídeos em sala de aula para sensibilização da comunidade escolar**. Enciclopédia Biosfera, [s. l.], v. 6, n. 10, disponível:<https://conhecer.org.br/ojs/index.php/biosfera/article/view/4645>. Acesso em: 10 nov. 2024.

ALVARENGA, C. H. A.; MAZZOTTI, T. B. **Análise dos argumentos que apresentam as 20 metas do Plano Nacional de Educação**. Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação, Rio de Janeiro, v. 25, n. 94, p. 182-206. <https://doi.org/10.1590/s0104-40362017000100007>.

Branco, E. P.; Royer, M. R.; Branco, A. B. De G. **A Abordagem Da Educação Ambiental Nos Pcms, Nas Dcns E Na Bncc**. Nuances: Estudos Sobre Educação, Presidente Prudente, V. 29, N. 1, 2018.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Câmara Federal, 1988.

BRASIL. Ministério da Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: apresentação dos temas transversais, ética**. 3. ed. Brasília: MEC; SEF, 1997.

BRASIL. **Lei nº 9795, de 27 de abril de 1999**- Política Nacional de Educação Ambiental. Diário Oficial da União, Brasília, 26 de junho de 1999.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CP nº 14, de 6 de junho de 2012**. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 15 jun. 2012.

BRASIL. **Lei n. 6.938, de 31 de agosto de 1981**. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 2 set. 1981.

BRASIL. Secretaria da Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: ciências naturais**. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC; SEF, 1997.

BRASIL. **Resolução CNE/CP nº 2, de 15 de junho de 2012**. Estabelece as diretrizes curriculares nacionais para a educação ambiental. Brasília: MEC, 2012.

BORGES, S. A. J. **Sustentabilidade e acessibilidade: educação ambiental, inclusão e direitos da pessoa com deficiência – práticas, aproximações teóricas, caminhos e perspectivas**. Brasília: OAB, 2014.

BUCCI, Maria Paula Dallari. **Fundamentos para uma teoria jurídica das políticas públicas**. São Paulo: Saraiva, 2021.

Carvalho, I. C. de M. **Educação Ambiental: a formação do sujeito ecológico**. 6ª ed. São Paulo: Cortez, 2012.

CHALITA, G. **Impacto de programas de formação continuada da Secretaria Estadual de Educação de São Paulo na gestão escolar**. São Paulo: Gente, 2011.

CRESWELL, John W.; CLARK, Vicki L. **Plano de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 5. ed. Porto Alegre: Penso, 2021.

DIANA, Daniela. **Educação Ambiental: objetivos, importância e nas escolas**. Toda Matéria. 2020. Disponível em: <https://www.todamateria.com.br/educação-ambiental>. Acesso: 01 de Jan 2025.

DIAS, Dalva Simone Strapasson; CARNEIRO, Sônia Maria Marchiorato. Projeto Cidadão Ambiental Mirim: contribuições à Educação Ambiental no ensino fundamental. **Educação. Revista do Centro de Educação**, v. 41, n. 2, p. 399-410, 2016.

DICTORO, V. P. Comunicação Ambiental e Educação Ambiental em Bacias Hidrográficas: concepções, abordagens, práticas e indicadores para avaliação. 2021. Tese de Doutorado -Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais da Universidade Federal de São Carlos, São Carlos –São Paulo, 2021.

EVANGELISTA, I. A. S. **Planejamento educacional: concepções e fundamentos**. Perspectiva Amazônica -Santarém -PA. Ano I. Vol. 2 p. 54-67 ago. 2011.

FRANCO, M. A. R. S. Prática pedagógica e docência: um olhar a partir da epistemologia do conceito. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v. 97, p. 534-551, 2016.

Flick, U. (2009). **Introdução à pesquisa qualitativa (5a ed., J. E. Costa, Trad.)**. São Paulo: Artmed, 2018.

GUIMARÃES, M. **A formação de Educadores Ambientais**. Campinas: Papyrus, 2020.

KIERS, A. H.; DE LA PEÑA, D.; NPAWAN, N. C. **Future directions -engaged scholarship and the climate crisis**. Land, Basileia, Suíça, n. 9, p. 304. 2020. Disponível em: <https://www.mdpi.com/2073-445X/9/9/304>. Acesso em: 10 nov. 2024.

KINDEL, Eunice Aita Isaia (orgs.). **Educação ambiental: da teoria à prática**. Porto Alegre: Mediação, 2012.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Fundamentos da metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

LEFF, Enrique. **Political Ecology: a latinamerican perspective**. Desenvolvimento e Meio Ambiente, Curitiba, v. 35, p. 29-64, dez. 2015. Disponível em: www.academia.edu. Acesso em: 20 nov. 2024.

LOUREIRA, Ana Maria Silva. **Coleta seletiva na escola: uma ferramenta para a educação ambiental**. In: Congresso Internacional de Educação Ambiental dos Países e Comunidades de Língua Portuguesa, 2018, Faro. Anais... Faro: Universidade do Algarve, 2018.

NEVES, E. M. S. C. **Institutions and environmental governance in Brazil: the local governments' perspective**. REC, v.20, n.3, p.492-516, 2016.

OLIVEIRA, Danielle Fernandes de Araújo. GARCIA, Francisca Lúcia França. BARROS, Hellen Chrystianne Lucio. Relação infância e natureza: a percepção de crianças acerca do meio ambiente e cuidado ambiental. **Revista Brasileira de Educação Ambiental**, São Paulo, V18, No5:314-324, 2023.

Oliveira, L.; Neiman, Z. Educação Ambiental No Âmbito Escolar: Análise Do Processo De Elaboração E Aprovação Da Base Nacional Comum Curricular (Bncc). **Revbea**, São Paulo, V. 15, N. 3, P. 36-52, 2020.

PECCATIELLO, A. F. O. **Políticas públicas ambientais no Brasil: da administração dos recursos naturais (1930) à criação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (2000)**. Desenvolvimento e Meio ambiente, n.24, p.71-82, 2011.

PEDROSA, R. F. C. B.; TAMAIO, I. A educação ambiental frente ao desafio da crise climática, na visão de um material pedagógico da Unesco: reprodutivista ou transformadora. **Revista Brasileira de Educação Ambiental**, São Paulo, v. 17, n. 6, p. 277-246, 2022. Acesso em: 10 nov. 2024.

PRIMACK, R. B. **Essentials of conser Essentials of conservation biology**. Massachusetts: Sinauer Associates Inc., 1993. Relatório Resumo das Atividades do Projeto Vitoria Régia (da criação até o ano de 2024).

SÁ, M A; OLIVEIRA, M. A; NOVAES, A. S. R. Educação Ambiental nas Escolas estaduais de Floresta (PE). **Revbea**, São Paulo, V. 10, No 1: 118-126, 2015.

SARAIVA, E.; FERRAREZI, E (org.). **Políticas públicas**. Brasília, DF: ENAP, v.2, 2006.

SALLES, Carolina. **Meio ambiente e educação ambiental nas escolas públicas**. Jusbrasil. 2013. Disponível em: <https://carolinasalles.jusbrasil.com.br>. Acesso em: 01 Jan 2025.

SECCHI, L. **Políticas Públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2015.

SCHMIDT, João Pedro. Para Estudar Políticas Públicas: aspectos conceituais, metodológicos e abordagens teóricas. **Revista do Direito**. Santa Cruz do Sul, v. 3, n. 56. 2018.

SILVA, F. C. T. **Cultura Escolar: quadro conceitual e possibilidades de pesquisa.** Educar, Curitiba, n. 28, p. 201-216, 2006.

SATO, Michèle. **Cartografia do imaginário no mundo da pesquisa.** In: ABÍLIO, F.(Org.) Educação Ambiental para o Semiárido. João Pessoa: EdUFPB, p.539-569,2011.

SOUZA, Celina. Políticas públicas: Uma revisão de literatura. **Revista sociologias**, Porto Alegre, 2010.

TEIXEIRA, L. A.; AGUDO, M. M.; TOZONI-REIS, M. F. C. **Educação Ambiental Crítica e Pedagogia Histórico-Crítica: contribuições para a inserção da Educação Ambiental na educação escolar.** In: RODRIGUES, G.; SAHEB (Org.). Investigações em Educação Ambiental. Curitiba: CRV, 2018.

TRISTÃO, M. **A educação ambiental na formação de professores: redes de saberes.** São Paulo: Annablume, Vitória, Facitec, 2004.